

**Resumo:** O cenário informacional contemporâneo tem sido marcado por novas condições de produção, circulação e utilização de informações, nas quais a ampla circulação de conteúdos parcial ou totalmente falsos e enganosos adquiriu uma grande importância. Esse fenômeno tem sido descrito e analisado a partir de diferentes conceitos, tais como desinformação, infodemia, pós-verdade, *fake news* e outros. Muitas análises têm sido realizadas com o objetivo de identificar suas causas, características e consequências, bem como seus elementos constituintes, modos de manifestação e interfaces com os diferentes âmbitos da vida humana (político, econômico, social, sanitário, etc.), gerando um grande acúmulo de conhecimento científico nos últimos anos. Um desafio que tem se apresentado recentemente é, justamente, sistematizar tais conhecimentos. O objetivo do presente trabalho, assim, é sistematizar tais análises a partir de uma perspectiva específica: identificar as dinâmicas de tais fenômenos a partir de suas causalidades funcionais. Para tanto, foi utilizado como referência o trabalho de Gibson Burrell e Gareth Morgan, que aplicaram um modelo de quatro paradigmas sociológicos para a pesquisa em organizações. Tal modelo prevê quatro paradigmas: o funcionalista, o interpretativo, o humanista radical e o estruturalista radical. Após a apresentação destes paradigmas, é feita sua aplicação nos estudos sobre os fenômenos da desinformação. O resultado dessa análise permite evidenciar as diferentes dinâmicas da desinformação na vida humana e social: disfunções das instituições de produção de conhecimento, ações intencionais de produção de desinformação, a construção social cotidiana por meio de valorização de determinados conteúdos, e o posicionamento dos sujeitos frente às estratégias de desinformação. Tais aspectos atuam em complementaridade, e cada um demanda ações específicas para o combate aos seus efeitos nocivos.

**Palavras-chave:** Desinformação; *Fake news*; Infodemia; Paradigmas sociológicos; Pós-verdade.

**Abstract:** The contemporary information scenario has been marked by new conditions of production, circulation and use of information, in which the wide circulation of partially or completely false and misleading content has acquired great importance. This phenomenon has been described and analyzed using different concepts, such as disinformation, infodemic, post-truth, fake news and others. Many analyzes have been carried out with the aim of identifying their causes, characteristics and consequences, as well as their constitutive elements, modes of manifestation and interfaces with the different areas of human life (political, economic, social, health, etc.), generating a large accumulation of scientific knowledge in recent years. A challenge that has arisen recently is precisely to systematize such knowledge. The objective of the present work, therefore, is to systematize such analyzes from a specific perspective: to identify the dynamics of such phenomena, based on their functional causalities. To this end, the work of Gibson Burrell and Gareth Morgan was used as a reference, who applied a model of four sociological paradigms to research in organizations. This model foresees four paradigms: functionalist, interpretative, radical humanist and radical structuralist. After presenting these paradigms, their application is made in studies on the phenomena of disinformation. The result of this analysis makes it possible to highlight the different dynamics of disinformation in human and social life: dysfunctions of knowledge production institutions, intentional actions to produce misinformation, everyday social construction through the valorization of certain contents, and the positioning of subjects in relation to disinformation strategies. This diversity of aspects act in complementarity, and each of them requires specific actions to combat their harmful effects.

**Keywords:** Disinformation; Fake news; Infodemic; Sociological paradigms; Post-truth.

## 1. Introdução

Um fenômeno recente, de escala mundial e com implicações em vários âmbitos da vida humana, é aquele que se relaciona com a ampla produção, circulação e utilização de informações total ou parcialmente falsas, principalmente nos ambientes digitais. Esse fenômeno tem sido denominado de diferentes formas, tais como desinformação, infodemia, pós-verdade, *fake news*, entre outros. Embora a produção de informações falsas não seja uma novidade, os fenômenos recentes evidenciam uma nova conformação dessa produção, principalmente em termos de alcance e velocidade dessas informações falsas e de seu impacto nos processos políticos, econômicos, culturais, sanitários, educacionais, entre outros (O'CONNOR e WEATHERALL, 2019; PETERS *et al.*, 2018).

O debate sobre esse fenômeno foi efetivamente colocado em pauta no ambiente científico a partir de 2016, quando dois fatos políticos importantes aconteceram (a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a retirada do Reino Unido da União Europeia, fenômenos bastante marcados pela influência de informações falsas na tomada de decisão dos sujeitos) e teve uma maior ênfase a partir de 2020 com a pandemia da Covid-19. Desde então, proliferaram diversos estudos científicos sobre tais fenômenos, em praticamente todas as áreas de conhecimento, com destaque para campos como a ciência política, o direito, a ciência da computação, a comunicação social, as áreas da saúde. Além de publicações científicas, ocorreram incontáveis eventos, congressos, mesas redondas e debates sobre o tema, não apenas no âmbito científico, mas também nos ambientes escolares, midiático, institucional e social, gerando diferentes iniciativas, tais como políticas públicas, ações associativas, programas de ensino, entre outras.

No âmbito científico, verifica-se uma gigantesca produção de conhecimentos sobre o assunto nos últimos anos. Por um lado, isso significa um grande acúmulo de compreensões sobre o fenômeno. Por outro lado, se trata de estudos muito diferentes. Eles são diferentes não apenas por serem provenientes de diferentes disciplinas científicas como, também, por enfatizarem aspectos, níveis e dimensões diferentes do problema. Isso faz com que se torne difícil encontrar sínteses, comparar resultados, acumular conhecimentos. Há estudos focados no funcionamento das instituições que produzem conhecimento na sociedade, estudos sobre os financiadores de informação falsa, sobre as habilidades dos indivíduos para identificar a informação falsa, sobre como as pessoas atribuem veracidade para os canais de informação. O fenômeno tem causas, características e consequências variadas, e um grande desafio é conseguir sintetizar descobertas realizadas em cada uma dessas dimensões e níveis e correlacionar umas com as outras.

É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho, que tem por objetivo propor uma sistematização dos aspectos já estudados e conhecidos do fenômeno da desinformação, por meio da sua decomposição em determinadas dimensões. Para tanto, foi utilizado como referência um trabalho clássico de Gibson Burrell e Gareth Morgan, que aplicaram um modelo de quatro paradigmas sociológicos para a pesquisa em organizações. Tal modelo prevê quatro paradigmas: o funcionalista, o interpretativo, o humanista radical e o estruturalista radical. Para o entendimento da realidade das organizações, os dois autores consideraram pertinente utilizar uma leitura a partir de sua natureza social, ou seja, de uma compreensão sociológica da realidade das organizações. A partir dessa questão, estruturam o pensamento social a partir das causalidades consideradas para o estudo de qualquer fenômeno, isto é, daquilo que faz com que determinado fenômeno aconteça ou exista, a sua origem primeira, sua razão de existência. A causalidade é, portanto, aquilo que determina a

existência de algo, e os autores trabalharam com as quatro causas fundamentais para qualquer fenômeno de âmbito humano e social.

Considerando a qualidade e a pertinência do trabalho dos dois autores, e o fato de ser a desinformação também um fenômeno humano e social, optou-se por utilizar esse quadro de referência para a sistematização dos aspectos, dimensões e níveis do fenômeno da desinformação encontrados e descobertos nos estudos científicos realizados sobre o fenômeno. Para tanto, será feita inicialmente uma apresentação dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan e, a seguir, será feita sua aplicação nos estudos sobre o fenômeno da desinformação.

### ***2. O quadro referencial de Burrell e Morgan***

A forma mais comum de sistematização dos conhecimentos produzidos nas ciências humanas e sociais é aquela na qual são identificadas três grandes tradições de pesquisa, derivadas de diferentes posições epistemológicas: o funcionalismo, como desdobramento do positivismo; o marxismo, como manifestação do pensamento crítico; e a perspectiva compreensiva, na confluência da fenomenologia e da hermenêutica (GIDDENS, 2018). Elas representam as duas grandes oposições presentes no campo: a dicotomia entre ator e sistema (isto é, análises focadas no nível micro, dos atores, ou no nível macro, das estruturas) e a dicotomia entre a ordem e o conflito (LALLEMENT, 2004; IZZO, 2021).

Uma sistematização diferente foi proposta em 1979 por Gibson Burrell e Gareth Morgan: em seu modelo, os autores propõem não três, mas quatro grandes modelos de estudo nas ciências sociais. Em seu trabalho, Burrell e Morgan apresentam uma forma de sistematização dos conhecimentos científicos sobre as organizações (ou seja, no âmbito da administração enquanto uma disciplina científica) tendo como fundamento as perspectivas sociológicas que orientam tais conhecimentos. O ponto de partida deles é o fato de que as teorias sociais podem ser concebidas em termos de quatro paradigmas, que são baseados em diferentes conjuntos do que eles chamam de pressupostos metateóricos, isto é, concepções epistemológicas mais amplas que orientam os estudos. Esses pressupostos metateóricos incidem sobre a natureza da própria ciência social (isto é, das ciências que estudam a vida humana e social) e sobre a natureza da sociedade (isto é, sobre a realidade empírica que é estudada pelas ciências sociais).

O argumento inicial dos autores é que todas as teorias sobre as organizações são baseadas em um tipo de filosofia da ciência e em um tipo de teoria social. Compreender ambas é fundamental para entender o quadro geral proposto por eles, na medida em que as categorias de uma ajudam na construção da outra. Burrell e Morgan iniciam a sua discussão apresentando a primeira, isto é, os pressupostos filosóficos, que permitem conceituar a ciência social em termos de quatro conjuntos de pressupostos relativos à ontologia, à epistemologia, à natureza humana e à metodologia.

A ontologia diz respeito a determinados pressupostos, que podem ser implícitos ou explícitos, sobre a natureza do mundo social e de como esse mundo social pode ser estudado. Aqui, os autores identificam duas grandes maneiras de se fazer isso: o mundo social pode ser compreendido como uma realidade externa aos indivíduos, isto é, uma realidade que se impõe, de fora, sobre as consciências individuais – uma realidade objetiva; ou como um produto da consciência dos indivíduos, resultado da cognição dos indivíduos.

A epistemologia se relaciona com a natureza do conhecimento produzido. Conforme os autores, o conhecimento pode ser entendido como algo concreto, tangível, sólido, “real”, ou seja, com existência independente do sujeito e passível de ser acessado, medido, preservado; ou como algo intangível, maleável, subjetivo, de natureza “espiritual”, ou seja, vinculado a pensamentos, ideias, experiências e visões de mundo. A natureza humana diz respeito ao tipo de relação estabelecida entre os seres humanos e o ambiente em que eles vivem. Aqui também há duas oposições: de um lado, uma compreensão mecânica, determinista, na qual os seres humanos são produtos do ambiente, são condicionados por circunstâncias externas a eles; de outro lado, uma visão que destaca a dimensão criativa dos sujeitos, o livre arbítrio, o voluntarismo. Por fim, quanto à metodologia, no âmbito dos procedimentos utilizados pelos pesquisadores para compreender o real, Burrell e Morgan identificam dois movimentos intelectuais básicos: um que trata o mundo como algo natural, concreto, externo, e que, portanto, busca por regularidades e estabelecimento de leis; e outro que vê o mundo como algo pessoal, subjetivo, maleável e, assim, buscam compreender como os indivíduos criam, modificam e interpretam o mundo.

A segunda discussão introdutória diz respeito aos pressupostos da própria teoria social. Neste ponto, Burrell e Morgan retomam o clássico debate “ordem x conflito” que, de acordo com eles, foi o grande debate nas ciências sociais na década de 1960. A partir da argumentação de autores como Dahrendorf e Lockwood, Burrell e Morgan apontam que, após a década de 1960, o interesse maior recaiu sobre o debate “ator x sistema”, sobretudo com o crescimento da influência de teorias como a fenomenologia, o interacionismo simbólico e as teorias da ação. Ainda assim, eles reconhecem que o debate “ordem x conflito” segue sendo não só extremamente pertinente, como estrutural para a construção de conhecimento no âmbito da teoria social. Neste debate, são duas as concepções de sociedade. A primeira é a perspectiva da ordem: trata-se de uma visão da sociedade que ressalta os valores compartilhados entre os indivíduos, a estabilidade das instituições, a integração, a coordenação funcional e a produção do consenso. A integração é assim o fenômeno no qual a explicação incide sobre a contribuição que os elementos que compõem um determinado sistema trazem para a manutenção do todo – ainda que possam existir disfunções e mesmo algumas partes com algum grau de autonomia. A segunda é a perspectiva do conflito: é uma outra visão de sociedade centrada nos aspectos de desintegração, de interesses distintos, da existência de conflitos e, como consequência, da existência de imposição de alguma força, de processos de dominação. A contradição é, pois, a incompatibilidade básica entre os elementos que compõem uma determinada estrutura social – ela implica o reconhecimento da heterogeneidade, dos desequilíbrios, das forças antagônicas.

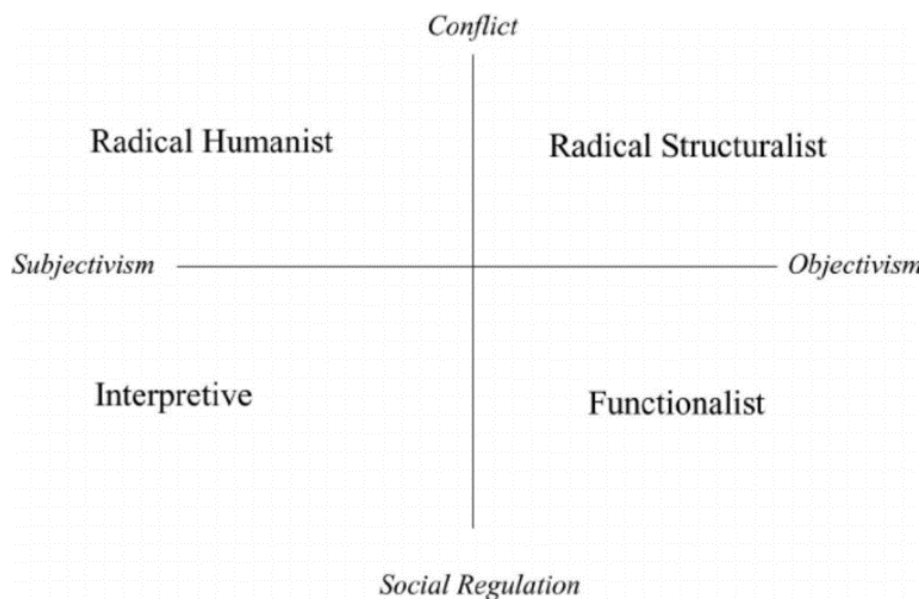
Desse embate de visões resultam dois modelos de teoria social: o modelo da regulação (que busca explicações que enfatizam a unidade, a coesão, a regulação das ações humanas) e o da mudança (voltado para explicações que possam levar a mudanças, à emancipação dos sujeitos em relação às estruturas, à denúncia dos modos de dominação). Importante ressaltar que os autores alertam que a teoria da ordem não entende que a sociedade é estática, mas apenas que ela estuda os processos com o objetivo de manter os padrões do sistema como um todo (elas são estáticas no sentido de buscarem manter o status quo). De modo distinto, a teoria do conflito está comprometida com mudanças estruturais, e não superficiais, da sociedade.

De uma maneira bem didática, Burrell e Morgan apontam que o modelo da ordem, ou da regulação, está associado a noções como status quo, ordem, consenso, coesão,

solidariedade, satisfação de necessidades e realidade presente. Já o modelo da mudança, ou do conflito, está associado a categorias como mudança, conflito, dominação, contradição, emancipação, provação e potencialidade.

E é a partir da combinação das duas discussões apresentadas acima que os autores apresentam seu quadro intelectual, estruturado em quatro paradigmas. De um lado, a natureza da ciência (como objetiva ou subjetiva) e, de outro, a natureza da sociedade (como ordem ou como conflito), como pode ser observado na Fig. 1:

**Fig. 1 – Os quatro paradigmas de Burrell e Morgan**



**Fonte:** BURRELL e MORGAN, 1979.

Os quatro paradigmas são então apresentados e discutidos pelos autores. Eles são, efetivamente, aplicações dos pressupostos identificados acima, combinados em uma correlação. De forma resumida, os quatro são apresentados a seguir:

- a)** O primeiro modelo é o funcionalista. Trata-se de uma forma de conhecer o social aplicando os mesmos métodos das ciências naturais. Embora tenha origens remotas na Grécia Clássica, foi efetivamente estruturado a partir de pensadores como Comte, Spencer e Durkheim, que propuseram modelos positivos de estudo a partir de analogias mecânicas e orgânicas. A sociedade é vista como um sistema autorregulado que pode ser compreendido a partir do estudo de seus elementos constituintes e de como eles se interrelacionam.
- b)** O segundo modelo é o interpretativo, que busca compreender o mundo sempre a partir do ponto de vista dos atores envolvidos nos processos sociais. Sua origem é o idealismo alemão, com as ideias de Kant de que o conhecimento a priori precede a apreensão dos dados provenientes dos sentidos humanos, isto é, de que existem determinados princípios de organização inatos dentro da consciência humana. Com Dilthey, Weber e

Husserl, construiu-se uma perspectiva teórica segundo a qual considerar o ser humano como ator impede que ele seja estudado com os métodos das ciências naturais – por ser livre e dotado de consciência, o ser humano não está sujeito a leis. O método adequado, pois, é o do entendimento, da compreensão dos processos internos das mentes humanas. Ainda que tais processos possam se traduzir em objetos tangíveis (livros, músicas, instituições), esses serão sempre manifestações externas, posteriores e consequências de experiências internas. Dentro dessa mesma perspectiva se encontram teorias como a hermenêutica (que, conforme Gadamer, entende que os fenômenos sociais podem ser analisados como se fossem textos – o que evoca uma perspectiva de estudo mais próxima da análise literária do que a busca por leis gerais), o solipsismo, a fenomenologia, o existencialismo, a etnometodologia e o interacionismo simbólico.

- c) O terceiro paradigma é o que os autores chamam de humanista radical. Ele também tem origem com o idealismo alemão, a partir da ideia de Kant de que a realidade última do universo é espiritual e não material – isto é, de que é o indivíduo que cria o mundo no qual ele vive. Mas, neste caso, mais do que apenas entender o processo de criação, pelos seres humanos, do mundo social, a ênfase recai sobre a crítica a esse mundo e sobre a postura desses seres humanos diante desse mundo. Um entendimento desse processo está presente nos trabalhos do jovem Marx (até 1846), que condensam essa discussão a partir do conceito de alienação – fenômeno no qual as criações sociais, objetificadas, voltam-se sobre os indivíduos como força alienante. De acordo com os autores, entre as tradições que se desenvolvem nessa perspectiva, merece destaque a teoria crítica – e eles identificam três vertentes: Lukács, Gramsci e a Escola de Frankfurt. Em comum, as três buscam revelar como é de fato a sociedade, desmascarando seus modos de operação com o objetivo de proporcionar condições para a emancipação humana por meio da mudança social.
- d) O quarto paradigma é o estruturalista radical. Ele tem origem em uma visão fundamentalmente materialista da vida social, isto é, a natureza concreta, objetiva, de uma realidade que existe fora das mentes dos sujeitos, que independe deles. Sua ênfase se dá no estudo das estruturas da sociedade – sendo tais estruturas compreendidas como elementos que estão em oposição uns aos outros. A teoria fundamental dessa perspectiva é a economia política, que tem origem nos últimos trabalhos de Marx. A noção fundamental é a de infraestrutura, que corresponde à base econômica da sociedade na qual a produção desempenha papel central. Ela se volta, assim, para o entendimento dos modos de produção (capitalismo, feudalismo, comunismo), os meios de produção (tecnologias, terra, capital, trabalho) e as relações de produção (produtores e não produtores, proprietários e não proprietários, etc.). Nessa visão, os fatores superestruturais da sociedade (estado, religião, arte) são determinados pela infraestrutura. Várias correntes se desenvolveram nessa perspectiva, como o socialismo científico (Engels, Lenin e outros), a teoria social russa (Bukharin, Kropotkin) e, posteriormente, autores como Althusser e Dahrendorf.

Após a identificação e caracterização dos paradigmas de Burrell e Morgan, passa-se ao exercício de aplicá-los na sistematização dos aspectos relacionados com os fenômenos da desinformação, como apresentado no próximo tópico.

### ***3. Aplicação do quadro: as dinâmicas da desinformação***

Neste tópico serão apresentados estudos e análises sobre a desinformação a partir de cada um dos modelos identificados por Burrell e Morgan.

#### ***3.1. A desinformação numa perspectiva funcionalista***

Pensando-se nos fenômenos da desinformação a partir de uma perspectiva funcionalista, o primeiro elemento que precisa ser destacado é o fato de que tais fenômenos são enquadrados como disfunções, isto é, como anomalias que comprometem o eficaz funcionamento das instituições sociais. Nesse sentido, há diversos estudos que buscam entender o fenômeno desde uma perspectiva objetivista, isto é, enquanto um fato social (tal como na perspectiva durkheimiana).

O ponto de partida de tais estudos é a ideia de que a sociedade pode ser comparada a um organismo vivo, isto é, formada por partes que desempenham determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo. Nessa perspectiva, as sociedades humanas podem viver estágios de normalidade, nos quais estão “saudáveis”, e estágios patológicos, nos quais se manifestam “doenças” – sendo a ideia de saúde exatamente a harmonia de uma sociedade com ela mesma (entre os seus membros) e dela com as demais. É nessa perspectiva que se enquadram as compreensões sobre o adequado funcionamento das instituições – e, entre elas, aquelas responsáveis pela produção e circulação do conhecimento, tais como a ciência, as universidades, as escolas, os meios de comunicação, as plataformas digitais, as redes sociais, entre outras. A condição de saúde de uma sociedade é aquela na qual apenas conteúdos consensualmente aceitos como verdadeiros, isto é, confiáveis e certificados, circulam, de modo que as pessoas possam tomar decisões baseados em fatos reais.

Dentro dessa perspectiva, a própria designação do fenômeno como “infodemia” já marca a ideia de uma sociedade doente, disfuncional, em termos de informação. A associação dos termos informação e pandemia representa uma caracterização patológica da dimensão informacional: a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações falsas tem produzido um quadro em que os conteúdos deliberadamente falseados ou deturpados estão mais presentes na vida das pessoas do que as verdadeiras e de qualidade, e acabam tendo muito mais influência na tomada de decisões e na definição das linhas de ação. Assim se constitui uma natureza “pandêmica” dos fenômenos informacionais, tomados desde a perspectiva de seus efeitos adversos ou disfunções (NAEEM e BHATTI, 2020).

Uma explicação do significado dessa expressão está também presente em Wardle e Derakhshan (2017) sob a denominação de desordem informacional. Os autores argumentam que, embora haja uma vasta pesquisa sobre os impactos históricos de informações falsas e rumores, há um conjunto de novidades no momento contemporâneo:

a poluição da informação uma escala global; uma complexa rede de motivações para a produção, a disseminação e o consumo dessas mensagens “poluídas”; uma miríade de tipos de conteúdos e técnicas para amplificar tais conteúdos; inúmeras plataformas hospedando e reproduzindo esses conteúdos; e velocidades vertiginosas de comunicação entre pessoas que confiam umas nas outras.

Uma segunda linha de estudos se destaca a partir do conceito de “autoridades cognitivas” ou “autoridades epistêmicas” (WILSON, 1983; RIEH, 2010; FROEHLICH, 2019), que se referem às instituições responsáveis pela produção e circulação de conhecimento certificado, reconhecido como verdadeiro, tais como as universidades, institutos de pesquisa, escolas, empresas jornalísticas, bibliotecas, arquivos, museus e outras. Cada uma delas possui determinados instrumentos e métodos para a produção, a conferência, a validação e a certificação dos conhecimentos produzidos ou postos em circulação, de forma que se converteram em autoridades cognitivas ou autoridades epistêmicas. O elemento fundamental para o funcionamento dessas instituições é a questão da confiança que os sujeitos depositam nelas. E esta confiança se constrói de maneira racional, por meio de mecanismos de controle, formação universitária, códigos de ética, definição de protocolos e transparência, entre outros fatores.

É nesse sentido que D’Ancona (2018) detecta o colapso da confiança. Para ele, quando os cidadãos cooperam, há sucesso econômico e reduzem-se custos de processos judiciais, de regulamentação e de cumprimento de contatos. Todas as sociedades bem-sucedidas dependem de um grau alto de honestidade para preservar a ordem. É aí que a desinformação aparece enquanto um fenômeno de enganação, de fraude, em que determinado conteúdo se apresenta como algo que não é. Keyes (2018) chega a propor que as sociedades deveriam buscar formas de recompensar a honestidade e penalizar a desonestidade, de forma a tornar os laços humanos fortes o suficiente para as pessoas deixem de contar mentiras. E é nessa perspectiva que se encaixam os fenômenos das *fake news* e da *fake science*, isto é, fenômenos nos quais as instituições de autoridade epistêmica têm a sua legitimidade reconhecida e há um aproveitamento disso, por meio da distorção.

O primeiro conceito relevante nessa discussão é o de *fake news*. O termo se tornou relevante no ano de 2016 (D’ANCONA, 2018), quando foi utilizado exhaustivamente pelo candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desqualificar e difamar os veículos de comunicação de massa quando estes apresentavam fatos que o desfavoreciam. O termo foi usado, assim, exatamente para deslegitimar as instituições jornalísticas, questionando a sua confiabilidade. Há, pois, uma resistência ao uso desse termo, por parte de jornalistas e estudiosos da comunicação, pelo fato de que, se é falso, então não é notícia – entendendo-se notícia como uma categoria jornalística. O uso abundante do termo, contudo, acabou por o consagrar como fundamental para a compreensão da nossa época. Literalmente, *fake news* significa notícias falsas. O primeiro elemento de sua caracterização é sua falsidade: elas são produzidas com a intenção de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade. O segundo elemento é que elas buscam ser apreendidas como notícias jornalísticas verdadeiras. Ou seja, as *fake news* são parte de uma estratégia que reconhece a legitimidade do discurso jornalístico, das instituições jornalísticas e, em lugar de questionar essa legitimidade, na verdade se aproveitam delas para terem credibilidade (BARBOSA, 2019). Não só do jornalismo, mas também das universidades, institutos, da ciência – frequentemente as *fake news* apelam para “especialistas”, cientistas, professores, políticos, alguns falsos, outros com fala distorcida.

*Fake news* portanto são mentiras travestidas de jornalismo. Elas podem ter origem em um *site* que copia, na aparência, as características de um *site* jornalístico; podem ter como nome ou endereço *web* o mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados. O texto utiliza a estrutura típica do jornalismo – linguagem, entrevistas, apoio em avaliações de especialistas, imagens, entre outros.

É importante destacar o fato de que, obviamente, não se quer dar a entender aqui que os meios de comunicação sempre dizem a verdade. Décadas de estudos científicos têm demonstrado como os veículos jornalísticos são empresas que atendem ou são suscetíveis a determinados interesses de grupos econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. (PELLICER ALAPONT, 2017). Contudo, sempre foram instituições com sede, registro, funcionários contratados e, para a construção de sua credibilidade, nunca puderam inventar fatos completamente falsos, sob pena de serem responsabilizados e desacreditados. Distorções de fatos, enquadramentos favoráveis a um grupo ou desfavoráveis a outro, silêncio sobre fatos desabonadores de seus financiadores, escutar apenas um lado da questão, mistura de opinião em conteúdo informativo são algumas das várias estratégias para moldar ou distorcer a realidade conforme determinados interesses. A novidade trazida pelas *fake news* é a construção de um relato completamente falso, de uma notícia de um fato que nunca aconteceu, e sua apresentação nos moldes do discurso jornalístico. A força das *fake news* reside na incapacidade (ou desinteresse, como será apontado a seguir) das pessoas em diferenciar um tipo de outro, atribuindo o mesmo grau de confiabilidade a conteúdos distintos apenas pela aparência do conteúdo informacional.

O outro conceito é o de *fake science*, que atua da mesma forma que as *fake news*. Muitos estudos mostram que questionamentos à ciência existem há muito tempo, provenientes tanto do senso comum, das autoridades constituídas nas práticas tradicionais, como também de líderes religiosos. Mas, nas últimas décadas, diversos discursos e conteúdos sem a devida comprovação científica começaram a ser divulgados, se apresentando como se fossem científicos - isto é, se aproveitando do prestígio e da legitimidade da ciência (PILATI, 2022). Pasternak e Orsi (2023), por exemplo, fizeram um amplo estudo de diversas iniciativas de *fake science*, tais como a astrologia, a homeopatia, a acupuntura, as curas energéticas, os modismos de dieta, paranormalidade, discos voadores e outros mais.

Ainda nessa perspectiva estão os estudos que buscaram caracterizar o fenômeno, por meio da construção de tipologias de sua manifestação. Dissecando as estratégias da desinformação e da pós-verdade, Aparici e García Martín (2019) apresentam as seguintes manifestações do fenômeno:

- a)** a) *clickbait*: inserção de títulos sensacionalistas para que os usuários acessem o conteúdo, com o objetivo de gerar tráfego e ter benefícios com publicidade (em português usa-se algumas vezes a tradução “caça-cliques”);
- b)** b) conteúdo patrocinado: emissão de publicidade para parecer-se com conteúdo informativo;
- c)** c) sátira: uso de conteúdos fictícios de paródia com intenção de que as pessoas tomem a informação como correta;

- d)** d) conteúdo partidário: interpretações parciais da realidade mascaradas por aparência de neutralidade;
- e)** e) teorias da conspiração: fundamentadas em histórias que tentam, de forma simples, explicar realidades complexas como resposta ao medo e à incerteza;
- f)** f) pseudociência: negação de fatos cientificamente comprovados mediante interpretações parciais e interessadas;
- g)** g) desinformação: mescla de fatos reais e conteúdo falso, como falsa atribuição de autoria ou imagem;
- h)** h) *fake news*: conteúdos inteiramente falsos e inventados, fabricados e propagados deliberadamente para enganar as pessoas com objetivos políticos e econômicos.

Os autores apontam ainda as principais estratégias da pós-verdade em termos de linguagem: uso de metonímia, manipulação de declarações, polarização através do estereótipo, descontextualização, saturação de conteúdo, modificação do significado de palavras, uso de frases feitas, apresentação de fatos aparentes, argumentos vazios e exagerados, omissão de fatos, adulação, agregados degradantes e opiniões diferentes segundo as circunstâncias. E destacam ainda um último fator, o que chamam de política-cyborg, isto é, o uso de robôs para automatização da circulação e popularização de determinadas informações e, até mesmo, para a sua criação: “A difusão automatizada de conteúdos em redes sociais, mediante *bots*, especialmente no contexto de grandes eventos políticos e eleitorais, cada vez é mais frequente, e chegaram a ser um quinto das conversações registradas no Twitter nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos” (APARICI e GARCÍA MARTIN, 2019:127).

Ainda numa perspectiva funcional estão as discussões sobre a criminalização da produção de desinformação. Menezes (2022) argumenta que a responsabilização deve acontecer, mas preservando-se a liberdade de expressão, evitando-se a diminuição da participação da vida política do país e o congelamento da interação nas redes sociais. O mesmo autor buscou definir o que são as *fake news* por meio da identificação de suas características: dinamicidade, informalidade, superficialidade, intensidade, determinabilidade, decidibilidade, emocionalidade, empaticidade, estimulabilidade e verificabilidade. Nesse sentido, também ações de regulação das redes sociais e promoção de agências e serviços de checagem se tornam ações fundamentais (ABBOUD, NERY JUNIOR e CAMPOS, 2021).

### **3.2. A desinformação numa perspectiva interpretativista**

Já numa perspectiva interpretativa, o ponto central de tais fenômenos é que eles são construídos por pessoas comuns, no decurso de suas atividades cotidianas. Assim, um elemento central para a existência da desinformação é a ação humana de atribuir confiabilidade e veracidade a determinados conteúdos, consultar determinadas fontes e canais de informação em detrimento de outros (MAYOS e BREY, 2011).

A centralidade da ação dos indivíduos na conformação da desinformação vem sendo destacada nos estudos do chamado viés cognitivo, ou viés de confirmação, ou ainda

dissonância cognitiva. Trata-se de uma tendência do ser humano a formar suas crenças e visões de mundo sem se basear na razão e nas evidências, isto é, nos fatos, num esforço para evitar descontentamento psíquico. McIntyre (2018) aponta três estudos clássicos em psicologia social conduzidos nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, que demonstraram essa questão. O primeiro deles é a teoria da dissonância cognitiva de Festinger, segundo a qual buscamos harmonia entre nossas crenças e ações. O segundo é a teoria da conformidade social de Asch, que postula que temos tendência a ceder à pressão social por nosso desejo de estar em harmonia com os outros. O terceiro é o estudo do viés de confirmação conduzido por Watson, que identificou nossa tendência a dar mais peso às informações que confirmam nossas crenças pré-existentes. O autor apresenta também estudos recentes sobre a questão, expressos em dois conceitos: efeito contraproducente (fenômeno em que a apresentação de uma informação verdadeira para uma pessoa, que entra em conflito com suas crenças em fatos falsos, faz com que a pessoa creia nesses fatos com mais força ainda) e o efeito Dunning-Kruger (fenômeno no qual nossa falta de capacidade para fazer algo faz com que superestimemos nossas habilidades reais). Tais elementos do viés cognitivo fazem com que as pessoas sejam propensas a formar suas crenças sem ter em conta a razão e as evidências. Vários são os trabalhos que têm associado o sucesso de conteúdos desinformativos aos vieses cognitivos (ROCHA, 2023).

Outro aspecto dessa dimensão é o que vem sendo estudado a partir do conceito de pós-verdade. Muitas pessoas criticam o uso dessa expressão, identificando que ele seria na verdade um modismo ou mero sinônimo de mentira com uma embalagem diferente (MCINTYRE, 2018; FULLER, 2018; SANTAELLA, 2019). Mas os pesquisadores que o propuseram como conceito científico alertam que ele designa, sim, uma questão inédita na história. É o que está expresso na definição do dicionário Oxford, que salienta que, no cenário da pós-verdade, os apelos à emoção (daí a importância do discurso de ódio) e às crenças pessoais (daí a importância das teorias conspiratórias e do negacionismo) são mais importantes na formação da opinião do que os fatos da realidade (D'ANCONA, 2018). A pós-verdade é um fenômeno que se produz na confluência de três condições. A primeira delas é a ampla disseminação de informações falsas (complemente falsas, e não apenas distorções como na era dos meios de comunicação de massa) com suporte tecnológico que permite alcances inimagináveis na era da fofoca e dos rumores. A segunda é a possibilidade de checagem nos dias atuais, em que muitas pessoas podem, em poucos segundos e com aparelhos de uso cotidiano como o *smartphone* ou o *notebook*, checar a veracidade das informações recebidas por elas em qualquer meio. A terceira é o fato de as pessoas não fazerem isso, isto é, não checarem, não verificarem se uma informação é verdadeira ou falsa, antes de a repassarem e dela se apropriarem. É esse desinteresse, esse desdém pela verdade, que marca aquilo que vem sendo identificado como uma “cultura da pós-verdade” (WILBER, 2018) ou um “regime de pós-verdade” (BRONCANO, 2019). A expressão cultura designa justamente um conjunto de valores, de naturalizações, de estímulos a um determinado comportamento – no caso, o desprezo pela verdade, a valorização daquilo que confirma ideias preconcebidas, a seleção apenas daquilo que é confortável. A pós-verdade caracteriza um imaginário contemporâneo no qual a desconsideração da verdade é naturalizada, estimulada, exaltada, como um valor ou uma virtude (D'ANCONA, 2018; MUROLO, 2019).

Nessa mesma linha, mas num foco mais específico, Keen (2008) identifica o que chama de “culto do amadorismo”, uma certa celebração de conteúdos amadores que acaba por anular a distinção entre o profissional e o amador, o que leva ao enfraquecimento de jornais,

revistas, indústria musical, cinematográfica e jornalística, com consequente desaparecimento de padrões profissionais e filtros editoriais e o enaltecimento do plágio e da pirataria. Outra análise na mesma linha é a de Frankfurt (2019) que identifica o predomínio do que chama de “conversa fiada”: uma forma de diálogo que, diferente do embuste e da mentira, representa um desrespeito à verdade, um desprezo, em formas de linguagem presunçosas, abusivas e enganadoras, discursos que buscam disfarçar a ignorância de quem os produz e enganar os que ouvem. O crescimento da “conversa fiada” na publicidade, na política e em diversos outros ambientes estaria promovendo um ceticismo em relação à verdade objetiva, na medida em que, diferente do mentiroso que ainda tem a verdade como referência (ainda que para negá-la ou escondê-la), na conversa fiada a verdade se torna irrelevante. Por fim, merecem destaque os estudos que têm identificado as diversas micro-ações cotidianas por meio das quais se desenvolvem comportamentos que estimulam e impulsionam a desinformação, como os “sete hábitos” das pessoas desinformadas apontados por Argemí (2019), entre os quais se destacam o a ansiedade informativa, a confusão no estabelecimento de relações, o ativismo visceral, entre outros. Tais quadros têm sido muitas vezes analisados à luz das categorias peirceanas de fixação das crenças – a tenacidade, o método da autoridade, o método “a priori” e o método científico (ALZAMORA e ANDRADE, 2019; GOMES e BROENS, 2021).

### ***3.3. A desinformação numa perspectiva humanista***

Desde uma perspectiva humanista, os fenômenos da desinformação são compreendidos a partir de um enquadramento entre condições de alienação e de emancipação. Assim, os sujeitos, em suas ações cotidianas, podem ter mais ou menos condições de se posicionarem criticamente em relação aos conteúdos informativos com os quais têm contato e dos quais se apropriam - e, nesse processo, identificar intencionalidades por detrás dos conteúdos.

Nessa perspectiva de estudo, destacam-se estudos como o de Kakutani (2018) que retoma os argumentos de Hannah Arendt, que defende que o sujeito ideal para um governo totalitário é aquele para quem a distinção entre fato e ficção, verdadeiro e falso, deixa de existir. Para ela, portanto, o perigo último da pós-verdade é a consolidação dos populismos e fundamentalismos, que, por meio da destruição da própria ideia de “verdade”, destroem também a democracia e impõem o medo e o ódio sobre o debate racional.

McIntyre (2019) aponta a necessidade de os sujeitos denunciarem e combaterem as informações falsas e as tentativas de obscurecer e criar confusão sobre as questões, por meio do uso do pensamento crítico. Ele destaca a importância de as pessoas não suporem que apenas “os outros” estejam sendo conduzidos por seus vieses de confirmação. Santaella (2019) menciona a importância de as pessoas checarem sempre a veracidade das informações e a necessidade de uma educação contra as notícias falsas, bem como a promoção de um “uso inteligente, humano e razoável” (SANTAELLA, 2019:24) das redes digitais. Ferrari (2018) propõe que é preciso que as pessoas conheçam a lógica de criação e funcionamento das bolhas ou câmaras de eco, que percebam que estão empobrecidas informacionalmente, e que executem ações de furar os bloqueios da informação personalizada e da zona de conforto.

Nesse sentido, podem ser enquadradas as denúncias das teorias conspiratórias. Estas constituem um fenômeno no qual se promove um suposto posicionamento crítico por parte das pessoas (a desconfiança de todas as instituições, governos, órgãos oficiais) em prol,

contudo, da adesão a determinado líder que seria o grande “revelador” de conspirações (PROCTOR, 2008). A atitude conspiratória gera um elemento fundamental na postura de quem se torna adepto delas: é que não há possibilidade de um contraditório, de uma contra-argumentação baseada em evidências, pois a conspiração é sempre secreta, escondida, portanto, não necessita de evidências, de fundamentação em fatos, para que se acredite nela. A narrativa na qual se acredita importa mais do que os fatos (D’ANCONA, 2018). Aggio (2021) analisa a estrutura das teorias conspiratórias enquanto um sistema de crenças baseado em dois elementos: o envolvimento obscuro de determinados autores e a desconstrução das autoridades epistêmicas.

Ainda nesta perspectiva enquadram-se estudos que denunciam o chamado sequestro das ideias pós-modernas sobre a verdade. O movimento pós-modernista desenvolveu-se ao longo do século XX como um movimento artístico, cultural e também filosófico. Entre suas características está o questionamento da ideia de existência de uma verdade absoluta, única, ou seja, não existiria uma resposta absolutamente correta sobre o que cada elemento da realidade significa. A denúncia de que qualquer declaração de verdade seria um ato autoritário, porque sempre ideológica, acabou sendo uma crítica sequestrada por movimentos políticos para dizer que tudo seria ideológico e, portanto, não haveria “verdade”, apenas “fatos alternativos” – expressão utilizada pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump em diversas ocasiões em que mentiu e foi confrontado por jornalistas, cientistas ou membros de judiciário com as evidências dos fatos verdadeiros (KAKUTANI, 2019).

Diversos estudos propõem formas de emancipação dos indivíduos num cenário de desinformação. Reis e Rodrigues (2022) debatem os desafios para a educação colocados por essa nova realidade, destacando a superação da alienação, crítica a soluções paliativas (controle da mídia, verificação de informações e alfabetização midiática) e a proposição de uma leitura crítica da realidade. Nemer (2021), numa inspiração em Freire, identifica um processo em que há opressores e oprimidos, destacando o papel das tecnologias em situações opressoras - e entendendo a tecnologia não como um mundo separado, mas uma extensão dos conflitos sociais. Ele propõe uma abordagem interseccional para o estudo das “tecnologias mundanas” – as tecnologias do opressor e as redes de desinformação. D’Ávila (2021), a partir do estudo de relatos de vítimas de discursos de ódio e desinformação, propõe que o problema não seja visto como algo individual, mas, sim, como violência coletiva, estrutural, sendo este o ponto de partida para o enfrentamento do sistema de desinformação, que coincide com a luta pela democracia. Magallón Rosa (2019) propõe a construção de uma rede de aprendizagem contra a desinformação.

A mais importante iniciativa, a partir dessa dimensão, são os programas em alfabetização midiática, literacia midiática e competência crítica em informação. Tais perspectivas de ação se centram nas ações de competência em informação, inicialmente desde uma perspectiva técnica, isto é, relativa à habilidade no trato com a informação – tais como a capacidade de identificar claramente uma necessidade de informação, de definir estratégias de busca, fontes e canais adequados para se buscar informação, e também modos éticos e eficientes de uso da informação (VITORINO e PIANTOLA, 2009; AGOSTO, 2018). Além disso, especificamente num cenário de infodemia, isto é, de muitas informações falsas circulando, busca-se promover ações como investigar as fontes e autores da informação (seu histórico de confiabilidade, interesses, financiamentos, etc.), buscar sempre mais informações sobre o assunto, verificar se as fontes complementares comprovam os fatos, verificar a data da informação consultada, certificar-se de não ser

conteúdo satírico ou humorístico, avaliar os próprios preconceitos e consultar especialistas. Por fim, de forma complementar a esses dois conjuntos de ações, recentemente a competência crítica em informação vem se desenvolvendo desde a promoção de uma atitude de desconfiança, de verificação dos atores envolvidos na produção das mensagens das fontes de informação, de seu posicionamento político e econômico, de análise dos discursos explícitos e ocultos nas mensagens – isto é, das dimensões ideológicas presentes nos conteúdos informativos (BEZERRA e SCHNEIDER, 2022; ZATTAR, 2023). Isso implica a busca pela compreensão da lógica de funcionamento dos algoritmos das redes sociais e dos motores de busca, dos meios de comunicação de massa, e ainda a identificação de canais, veículos e serviços que veiculam, eventual ou sistematicamente, informações falsas – isto é, da própria dinâmica de produção da desinformação (KIRSCH e DILLEY, 2015).

### ***3.4. A desinformação numa perspectiva estruturalista***

Por fim, a perspectiva estrutural tem como ponto de partida o fato que a desinformação não é um fenômeno casual, um acidente, mas sim um processo intencional. Há sujeitos, grupos e coletivos que têm interesse na propagação de conteúdos mentirosos e enganadores – e, por isso mesmo, financiam e estruturam os indivíduos e grupos envolvidos na sua produção e disseminação, algumas vezes identificados como os "engenheiros do caos" (EMPOLI, 2019) ou os "mercadores da dúvida" (ORESTES e CONWAY, 2011).

Nesta última referência está um estudo clássico de um dos fenômenos mais importantes dessa perspectiva: o negacionismo científico. Trata-se de um fenômeno em que a autoridade da ciência passou a ser questionada por pessoas comuns, num processo motivado por interesses econômicos de determinados grupos empresariais e corporativos (MCINTYRE, 2018). O marco de origem desse processo se deu na década de 1950, quando a ciência descobriu os vínculos entre o ato de fumar e o câncer (MCINTYRE, 2018; WILBER, 2018). Uma vez estabelecida a verdade científica, a poderosa indústria do tabaco precisava garantir a sobrevivência de seu negócio. Grupos industriais do tabaco criaram uma fundação, começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer (porque, claro, não poderiam provar o contrário) e a disseminar a ideia de que qualquer debate sobre o tema, em universidades, escolas ou na mídia, deveria apresentar os dois "lados" da questão, isto é, o dos que têm certeza de que causa câncer, e dos que dizem que talvez cause. Isso foi conduzindo à ideia de que havia dois lados da questão e, para o público leigo, consolidava-se a ideia de que havia os cientistas que diziam que causa câncer e os que diziam que não. Isso foi suficiente para semear a dúvida e garantir a continuidade dos negócios. Nas décadas seguintes, estratégias semelhantes foram criadas por grupos empresariais, industriais e políticos para promover ideias como, por exemplo, a de que o aquecimento global não existe, de que vacinas causam doenças e, até mesmo, de que a Terra é plana.

Outro fenômeno é o que associa a desinformação com um determinado fenômeno político contemporâneo, associado com o enfraquecimento da democracia e ascensão de líderes demagogos com tendências autoritárias e que fazem uso constante de *fake news*, aproveitando-se do clima de desvalorização da verdade (MOORE, 2019; NOBLE, 2018; SILVA, 2020).

É o caso, por exemplo, da análise de Eatwell e Goodwin (2019) sobre o que chamam de fenômeno do “nacionalpopulismo”: a ascensão de líderes demagógicos que constroem sua popularidade com o uso de mentiras e apelos a emoções de ódio, medo e ressentimento junto a grupos que sentem que não são mais representados pelas elites políticas, econômicas e intelectuais. Os autores identificam as quatro palavras-chave que explicam esse fenômeno: a desconfiança dos políticos e das instituições democráticas, o temor da destruição das comunidades e da identidade histórica, o medo da privação com a globalização e o desalinhamento entre os partidos tradicionais e o povo.

Na obra organizada por Geiselberger (2017), pesquisadores de vários países chamam o momento político atual de “o grande retrocesso”, verificando a ascensão de demagogos autoritários, a “desglobalização anárquica”, os movimentos identitários, a xenofobia e os crimes de ódio como protagonistas de um cenário em que grupos de extrema-direita estariam tomando o poder em diversos países. Outras leituras semelhantes são as de Casara (2019) que entende a era atual como “pós-democrática” e Serrano Ojeda (2019) que a denomina “sociedade do desconhecimento”. Há também a definição destas consequências como a instauração de um “regime de pós-verdade”, expressão defendida por Broncano (2019) para designar o momento atual, tomando de empréstimo a noção de “regime de verdade” em Foucault, isto é, o conjunto de conhecimentos, dispositivos, atores, normas que geram categorizações, enquadramentos e condicionantes para o pensamento e a ação dos sujeitos.

A eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos é muitas vezes tomada como acontecimento paradigmático dessa tendência. Para Fukuyama, Trump representa uma tendência geral da política internacional que ele denomina ‘era do ressentimento’. Conforme o autor, outros líderes contemporâneos que podem ser incluídos nesta categoria são Vladimir Putin na Rússia, Recep Tayyip Erdogan na Turquia, Viktor Orbán na Hungria, Jaroslaw Kaczynski na Polônia e Rodrigo Duterte nas Filipinas (FUKUYAMA, 2019). Eatwell e Goodwin (2019) acrescentam a essa lista o presidente eleito do Brasil, em 2018, Jair Bolsonaro. Diagnóstico semelhante é levantado por Kakutani, que destaca que o fato de um vilão como Trump, “narcisista, mentiroso, ignorante e cheio de preconceitos, rude, demagogo e com impulsos tirânicos” ter tido um apoio popular tão grande “só se explica pelo desgosto, pelo cansaço que existe sobre a questão da verdade” (KAKUTANI, 2019:16, *tradução nossa*).

Na verdade, o sucesso de líderes autoritários e a emergência de formas de governo baseadas em disseminação em massa de informações falsas é tanto causa como consequência da pós-verdade, na medida em que criam um “ambiente perfeito para a proliferação de Fake News (notícias falsas – NF), motivada por interesses que visam manipular atitudes, opiniões e ações. Quando a confusão e a falta de confiança nas fontes se instalam, as portas ficam abertas para que a desinformação tome o comando” (SANTAELLA, 2019:33).

Junto a esse fenômeno há, também, a existência de plataformas, aplicativos e serviços que possibilitam a disseminação em massa de notícias falsas (SOUZA, AVELINO e SILVEIRA, 2018). Embora isso não seja um fenômeno exatamente novo, há sim uma dinâmica nova, que é a sua circulação de maneira apócrifa, por meio de repasses feitos por pessoas comuns, verificando-se a ausência de regulações como aquelas que incidem sobre as instituições jornalísticas ou educacionais, numa lógica em que toda informação teria o mesmo peso ou valor, independentemente de sua qualidade, de sua checagem e do compromisso institucional por detrás de sua produção. Tal fenômeno se fortalece, ainda, com a ação dos

*clickbaits*, isto é, a divulgação de conteúdo falso ou inserção de títulos sensacionalistas para que os usuários acessem o conteúdo, com o objetivo de gerar tráfego e ter benefícios com publicidade (APRACICI e GARCIA-MARÍN, 2019). Nessa dinâmica de gigantesco volume de disseminação de informações falsas, mentiras acabam atuando para moldar a tomada de decisão das pessoas em diferentes esferas (na política, na economia, na educação, na saúde, na religião), em velocidade e quantidade nunca vistas (GÓMEZ DE ÁGREDA, 2019).

Tais dinâmicas se complementam com o cenário da informação pervasiva, isto é, a informação enquanto entidade e/ou processo presente em todas as nossas atividades, sejam elas profissionais, empresariais, culturais, educacionais, esportivas, médicas, amorosas, etc. de uma maneira ou em uma escala inédita até então, relacionada a aparelhos ou dispositivos tão diferentes como computadores, telefones celulares, casas, carros ou objetos, tendo relação inclusive com o surgimento da chamada Internet das coisas (LOVELUCK, 2018). Ligado a isso está também o fenômeno conhecido como *big data*, que se relaciona não apenas com a produção, em escala cada vez mais gigantesca, de informação, e do impacto dessa informação na nossa vida, mas também com a própria maneira como a informação é produzida. Esse fenômeno se relaciona com o fato de que, cada vez mais, há conjuntos de dados gerados de maneira não intencional, não programada, pelas pessoas (DURAN, 2019). Agora, há sistemas que estão capturando os passos, os trajetos, os indicadores biométricos, e estão transformando tudo isso em conjuntos de dados que são apropriados e utilizados com diferentes fins, desde a segurança e a comodidade à vigilância e controle político, representando também um desafio para a privacidade dos dados das pessoas (PRADO, 2022). Muitos estudos têm aproximado tais fenômenos das noções de capitalismo cognitivo e capitalismo de vigilância (SCHNEIDER, 2022).

Merecem destaque ainda a própria velocidade da informação e de necessidade de atualização, quando se medem em minutos ou segundos a defasagem de conhecimento das pessoas sobre determinado fato ou assunto que pode estar ocorrendo num contexto local ou mesmo em países distantes. O grande volume de informação que chega instantaneamente para os sujeitos, em formatos, linguagens e suportes muito diferenciados como textos, imagens, sons, imagens em movimento e outros derivados destes.

Outro fenômeno é o discurso do ódio. Diferente dos dois primeiros, ele não busca ser factual, ele não tem a intenção de apresentar um fato do mundo. É um fenômeno, portanto, diferente dos demais apresentados neste texto, pois ele independe da verdade. Antes, ele diz de intenções, desejos, necessidades e medos de determinado sujeito ou grupo de sujeitos – por exemplo, de que imigrantes voltem para os países deles, de que o feminismo desapareça e tudo volte a ser como antes, de que determinado grupo político seja exterminado (GREIFENEDER *et al.*, 2021; FUKUYAMA, 2019). Sua intenção, e nisso ele é complementar aos dois primeiros, é mobilizar as pessoas para agirem com a emoção e não com a razão, e por isso ele possui um papel importante na análise aqui empreendida. Mais especificamente, com determinadas emoções (medo, ressentimento, ódio) de forma a proporcionar reações de agressividade, sobretudo em relação à discordância. O outro deixa de ser visto como adversário, portador de ideias ou pontos de vista distintos, e se torna um inimigo a ser eliminado, e todo o objetivo dos espaços informacionais passa a ser vencer o outro (EMCKE, 2018). Nesta modalidade, os fatos mencionados podem ser verdadeiros ou não, a intenção é colocar as pessoas em estado de guerra – é justamente essa condição emocional que predispõe as pessoas a deixarem de lado a busca da verdade em prol do objetivo mais urgente de vencer a discussão a qualquer preço. Tiburi (2020) explica que o

ódio surge como um afeto redentor para sujeitos com medo ou ressentidos, ele proporciona a experiência de que se está fazendo algo contra o medo ou a fonte do medo.

### **4. Considerações finais**

Como apontado no início deste texto, vários pesquisadores têm demonstrado que o cenário atual da desinformação é constituído de diferentes aspectos e dimensões, que algumas vezes se sobrepõem e/ou se complementam (COSENTINO, 2020; DALKIR e KATZ, 2020). As várias pesquisas realizadas até o momento vêm demonstrando que existem dimensões funcionais e conflituais do fenômeno da desinformação, assim como dimensões macro e microsociais, isto é, estruturais e socialmente construídas. A desinformação é, ao mesmo tempo, uma disfunção dos sistemas sociais de produção e distribuição de conhecimento, uma atitude deliberada de determinados atores para obter vantagens, uma construção social cotidiana por meio da atitude valorativa dos indivíduos e uma condição de alienação dos sujeitos no âmbito de sua vida coletiva. Essas tensões estão presentes na literatura do campo das ciências sociais de uma forma geral, nas quais existe o debate entre as perspectivas da ordem e do conflito e, também, das perspectivas da estrutura e do ator (LALLEMENT, 2004; GIDDENS, 2018; IZZO, 2021).

Um desafio para quem busca combater os efeitos nocivos da desinformação, nos vários ambientes em que ela atua (saúde, política, cultura, etc.) é, justamente, determinar suas causas, isto é, os fatores que a fazem existir e condicionam sua atuação. Isso é fundamental para o desenho de ações para combater a desinformação, sobretudo determinando os tipos de ações e seus âmbitos: políticas públicas, leis, programas educacionais, denúncias, regulamentações, comportamentos cotidianos, entre outras. O presente trabalho, buscando sistematizar os estudos sobre o fenômeno a partir das dimensões de Burrell e Morgan, procurou contribuir para a construção de um quadro que permita identificar essas diferentes dimensões e, como consequência, a construção de tais ações.

### **Referências bibliográficas**

- ABBOUD, G.; NERY JUNIOR, N.; CAMPOS, R., org.**  
2021 *Fake news e regulação*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.
- AGGIO, C.**  
2021 Teorias conspiratórias, verdade e democracia. In *Sociedade da desinformação e infodemia*. Org. G. Alzamora, C. M. Mendes, D. Ribeiro. Belo Horizonte, MG: Fafich; Selo PPGCOM, UFMG, 2021.
- AGOSTO, D., ed.**  
2018 *Information literacy and libraries in the age of fake news*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2018.
- ALZAMORA, G.; ANDRADE, L.**  
2019 A Dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática de verdade. *Matrizes*. 13:1 (2019) 109-131.

**APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M, coord.**

2019 *La Posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa, 2019.

**ARGEMÍ, M.**

2019 *Los Siete hábitos de la gente desinformada*. Barcelona: Conecta, 2019.

**BARBOSA, M., org.**

2019 *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

**BEZERRA, A.; SCHNEIDER, M., org.**

2022 *Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis*. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

**BRONCANO, F.**

2019 *Puntos ciegos: ignorancia pública y conocimiento privado*. Madrid: Lengua de Trapo, 2019.

**BURREL, G.; MORGAN, G.**

1979 *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heinemann, 1979.

**CASARA, R.**

2019 *A Era pós-democrática*. Porto: Exclamação, 2019.

**COSENTINO, G.**

2020 *Social media and the post-truth world order: the global dynamics of disinformation*. Cham: Palgrave, 2020.

**D'ANCONA, M.**

2018 *Pós-verdade*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

**DALKIR, K.; KATZ, R., ed.**

2020 *Navigating fake news, alternative facts, and misinformation in a post-truth world*. Hershey: IGI Global, 2020.

**D'ÁVILA, M., org.**

2021 *Rede de mentiras e ódio: e se o alvo fosse você? : Relatos da violência promovida pelas redes de ódio, preconceito e fake news*. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2021.

**DURAN, X.**

2019 *El Imperio de los datos*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2019.

**EATWELL, R.; GOODWIN, M.**

2019 *Nacionalpopulismo: por qué está triunfando y de qué forma es un reto para la democracia*. Barcelona: Península, 2019.

**EMPOLI, G.**

2019 *Os Engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

**EMCKE, C.**

2018 *Contra el odio*. Bogotá: Taurus, 2018.

**FERRARI, P.**

2018 *Como sair das bolhas*. São Paulo: Educ; Armazém da Cultura, 2018.

**FRANKFURT, H.**

2019 *On Bullshit: sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Lisboa: Bookout, 2019.

**FROELICH, T.**

2019 The Role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. *Open Information Science*. 3:1 (2019) 115-136.

**FUKUYAMA, F.**

2019 *Identidad: la demanda de dignidad y las políticas de resentimiento*. Barcelona: Deusto, 2019.

**FULLER, S.**

2018 *Post-truth: knowledge as a power game*. London: Anthem, 2018.

**GEISELBERGER, H., ed.**

2017 *O Grande retrocesso*. Lisboa: Objectiva, 2017.

**GIDDENS, A.**

2018 *Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2018.

**GOMES, A.; BROENS, M.**

2021 *A Formação das crenças na era das fake news*. São Paulo: FiloCzar, 2021.

**GÓMEZ DE ÁGREDA, Á.**

2019 *Mundo Orwell: manual de supervivencia para un mundo hiperconectado*. Madrid: Ariel, 2019.

**GREIFENEDER, R. [et al.], ed.**

2021 *The Psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation*. London: Routledge, 2021.

**IZZO, A.**

2021 *História do pensamento sociológico*. Petrópolis: Vozes, 2021.

**KAKUTANI, M.**

2019 *La Muerte de la verdad: notas sobre la falsedad en la era Trump*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2019.

**KEEN, A.**

2008 *O Culto do amadorismo*. Lisboa: Guerra e Paz, 2008.

**KEYES, R.**

2018 *A Era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

**KIRSCH, T. G.; DILLEY, R.**

2015 Regimes of ignorance: an introduction. In *Regimes of ignorance: anthropological perspectives on the production and reproduction of non-knowledge*. Ed. R. Dilley, T. G. Kirsch. Oxford: Berghann, 2015.

**LALLEMENT, M.**

2004 *História das ideias sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

**LOVELUCK, B.**

2018 *Redes, liberdade e controle: uma genealogia política da Internet*. Petrópolis: Vozes, 2018.

**MAGALLÓN ROSA, R.**

2019 *Unfaking news: cómo combatir la desinformación*. Madrid: Pirámide, 2019.

**MAYOS, G.; BREY, A., ed.**

2011 *La Sociedad de la ignorancia*. Barcelona: Península, 2011.

**MCINTYRE, L.**

2018 *Posverdad*. Madrid: Cátedra, 2018.

**MENEZES, P.**

2022 *Fake news: modernidade, metodologia, regulação e responsabilização*. São Paulo: Juspodivm, 2022.

**MOORE, M.**

2019 *Democracia manipulada*. Carcavelos: Self, 2019.

**MUROLO, L.**

2019 La Posverdad es mentira: un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. In *La Posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Coord. R. Aparici, M. García-Marín. Barcelona: Gedisa, 2019, p. 65-80.

**NAEEM, S; BHATTI, R.**

2020 The Covid-19 'infodemic': a new front for information professionals. *Health Information and Libraries Journal*. 37:3 (2020) 233-239.

**NEMER, D.**

2021 *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Milfontes, 2021.

**NOBLE, S.**

2018 *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018.

**O'CONNOR, C.; WEATHERALL, J.**

2019 *The Misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press, 2019.

**ORESTES, N.; CONWAY, E.**

2011 *Mercadores de la duda*. Madrid: Capitán Swing, 2011.

**PASTERNAK, N.; ORSI, C.**

2023 *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*. São Paulo: Contexto, 2023.

**PELLICER ALAPONT, M.**

2017 *La Comunicación en la era Trump*. Barcelona: UOC, 2017.

**PETERS, M. [et al.], ed.**

2018 *Post-truth, fake news, viral modernity & higher education*. Singapore: Springer, 2018.

**PILATI, R.**

2022 *Ciência e pseudociência*. São Paulo: Contexto, 2022.

**PRADO, M.**

2022 *Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação*. São Paulo: Edições 70, 2022.

**PROCTOR, R.**

2008 Agnotology: a missing term. In *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Ed. R. Proctor, L. Schiebinger. Stanford: California Stanford University Press, 2008.

**REIS, M.; RODRIGUES, R., org.**

2022 *Pós-verdade e educação*. São Carlos: Edufscar, 2022.

**RIEH, S.**

2010 Credibility and cognitive authority of information. In *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. Ed. M. Bates, M. N. Maack. 3<sup>rd</sup> ed. New York: Taylor and Francis Group; LLC, 2010, p. 1.337-1.344.

**ROCHA, J.**

2023 *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

**SANTAELLA, L.**

2019 *A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

**SCHNEIDER, M.**

2022 *A Era da desinformação: pós-verdade, fake news e outra armadilhas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

**SERRANO OCEJA, J.**

2019 *La Sociedad del desconocimiento: comunicación posmoderna y transformación cultural*. Madrid: Encuentro, 2019.

**SILVA, F.**

2020 *Sadopopulismo: de Putin a Bolsonaro*. Florianópolis: Insular, 2020.

**SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S.**

2018 *A Sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes sociais*. São Paulo: Hedra, 2018.

**TIBURI, M.**

2020 *Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

**VITORINO, E.; PIANTOLA, D.**

2009 Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*. 38:3 (set./dez., 2009) 130-141.

**WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein**

2017 *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

**WILSON, P.**

1983 *Second-hand knowledge: an inquiry into cognitive authority*. Westport: Greenwood Press, 1983.

**ZATTAR, M.**

2020 Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19.  
*Linc em Revista*. 16:2 (dez. 2020).

**Carlos Alberto Ávila Araújo | [carlosaraujofmg@gmail.com](mailto:carlosaraujofmg@gmail.com)**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil